

<https://doi.org/10.20873/uft.am.2594-7494.abril2026-3>



HISTÓRIA URBANA E AS NARRATIVAS SILENCIADAS

O caso de Santana do Araguaia-PA

URBAN HISTORY AND SILENCED NARRATIVES

The case of Santana do Araguaia-PA

HISTORIA URBANA Y NARRATIVAS SILENCIADAS

El caso de Santana do Araguaia-PA

Karlíane Massari Fonseca¹

Ana Paula Claudino Gonçalves²

RESUMO

O presente artigo discute as dinâmicas do processo de ocupação do sul do Pará, com foco na formação do município de Santana do Araguaia - PA. A partir de pesquisas bibliográficas, levantamentos *in loco* e entrevistas com moradores antigos, o estudo evidencia as narrativas pouco registradas sobre a origem e o desenvolvimento da cidade, valorizando o papel da história oral na construção de uma memória coletiva mais ampla. Mais do que apontar um apagamento histórico, o trabalho destaca a ausência de registros de outras fontes e argumenta sobre a importância de ampliar o olhar das pesquisas acadêmicas para os relatos orais e os saberes populares. Nesse sentido, enfatiza-se a relevância de metodologias participativas e da história oral como instrumentos de resgate e visibilização de memórias locais, contribuindo para a construção de um acervo diverso que revele as múltiplas dimensões da formação urbana e regional. Assim, o estudo se propõe a abrir um debate inicial sobre a valorização de narrativas não hegemônicas, dialogando com a “história única” que ainda predomina nas abordagens sobre a ocupação e fundação de Santana do Araguaia - PA, em consonância com a realidade de muitos municípios do chamado Brasil profundo.

PALAVRAS-CHAVE: História Oral; Narrativas; Ocupação Urbana; Santana do Araguaia-PA.

ABSTRACT

This article aims to discuss the dynamics of the occupation process in southern Pará, focusing on the formation of the municipality of Santana do Araguaia, Brazil. Based on bibliographic research, field surveys, and interviews with longtime residents, the study seeks to highlight narratives that have been scarcely recorded about the city's origin and development, emphasizing the role of oral history in building a broader collective memory. Rather than identifying a deliberate historical erasure, the work points to the absence of diverse sources and argues for the importance of expanding academic research to include oral accounts and popular knowledge. In this sense, it underscores the relevance of participatory methodologies

¹ Universidade Federal de Goiás (UFG) | <https://orcid.org/0000-0001-8339-580X> | karliane.massari@ufg.br

² Universidade Federal do Para (UFPA) | <https://orcid.org/0009-0005-0521-6913> | anapaulaclaudino7@gmail.com

<https://doi.org/10.20873/uft.am.2594-7494.abril2026-3>



and oral history as tools for recovering and giving visibility to local memories, contributing to the construction of a diverse archive that reveals the multiple dimensions of urban and regional formation. Thus, the study intends to open an initial debate on the recognition of non-hegemonic narratives, engaging with the “single story” that still predominates in approaches to the occupation and foundation of Santana do Araguaia, in line with the realities of many municipalities within Brazil’s deep interior.

KEYWORDS: Oral History; Narratives; Urban Occupation; Santana do Araguaia-PA.

RESUMEN

El presente artículo tiene como objetivo discutir las dinámicas del proceso de ocupación del sur de Pará, centrándose en la formación del municipio de Santana do Araguaia, Brasil. A partir de investigaciones bibliográficas, trabajos de campo y entrevistas con antiguos habitantes, el estudio busca visibilizar narrativas escasamente registradas sobre el origen y el desarrollo de la ciudad, destacando el papel de la historia oral en la construcción de una memoria colectiva más amplia. Más que señalar un borramiento histórico deliberado, el trabajo evidencia la ausencia de registros de fuentes diversas y argumenta sobre la importancia de ampliar la mirada de las investigaciones académicas hacia los relatos orales y los saberes populares. En este sentido, se enfatiza la relevancia de las metodologías participativas y de la historia oral como herramientas para rescatar y dar visibilidad a las memorias locales, contribuyendo a la construcción de un acervo diverso que revele las múltiples dimensiones de la formación urbana y regional. Así, el estudio pretende abrir un debate inicial sobre la valorización de narrativas no hegemónicas, dialogando con la “historia única” que aún predomina en los enfoques sobre la ocupación y fundación de Santana do Araguaia, en consonancia con la realidad de muchos municipios del denominado Brasil profundo.

PALABRAS CLAVE: Historia Oral; Narrativas; Ocupación Urbana; Santana do Araguaia-PA;

INTRODUÇÃO

Os espaços públicos, na contemporaneidade, configuram-se como territórios atravessados por múltiplas camadas de significado, nas quais a memória urbana desempenha papel central nas discussões urbanísticas mais amplas. A compreensão dos caminhos historicamente percorridos pelo urbanismo permite situar a memória não apenas como registro do passado, mas como elemento ativo na produção e interpretação do espaço urbano no presente e na projeção de futuros possíveis para as cidades. Conforme assinala Pereira (2006), as problemáticas atualmente debatidas no campo do urbanismo não constituem temas recentes na história das cidades; ao contrário, resultam do acúmulo de processos sociais, espaciais e políticos construídos ao longo do tempo. Nesse sentido, a memória urbana emerge como instrumento fundamental para a leitura crítica da cidade contemporânea, ao possibilitar a assimilação das continuidades e rupturas que conformam a experiência urbana atual.

<https://doi.org/10.20873/uft.am.2594-7494.abril2026-3>



A história tem grande relevância nesse papel de entendimento da cidade e, muitas vezes, serve como verdadeiro potencial de resgate desse imaginário, dos costumes, hábitos e cultura de sua população. É nesse sentido que o presente trabalho aponta a importância para a discussão da produção urbana das fronteiras marginalizadas dentro do território nacional. Assim, o enfoque é trazer à tona o debate sobre a relevância da história oral como meio de desconstrução e decolonização das origens e formações dos municípios que se estabelecem nos rincões do Brasil, especialmente o Norte do Brasil.

A análise dos registros históricos e das narrativas contadas nesses municípios nos demonstra uma redução da história, que talvez pode ser traduzida pelo ofuscamento da acentuada e preponderância da presença do patriarcado e colonização na formação e construção do Brasil. Para Rufino (2019), somos herdeiros desse modelo da monocultura, que nega a pluriversalidade, entendida como a concepção de mundo baseada na coexistência e legitimidade de múltiplas epistemologias, formas de ser, saber e viver no mundo. Tal modelo se consolida como hegemônico em relação às demais racionalidades e modos de vida. Por isso a importância de outras narrativas e de outras percepções são de extrema urgência na construção de outras tantas memórias e saberes para essas populações.

Essas narrativas podem se fazer presentes na colaboração dos moradores locais, que vivenciam e vivenciaram esses processos que costuram a cidade entre o passado/presente, e que são refletidos social e espacialmente. Pronsato (2005) enfatiza a importância dos processos participativos como uma forma de aprofundamento da própria identidade, diante da reflexão coletiva e o intercâmbio entre as pessoas nos espaços. A autora destaca o papel central da ação humana, da população, da sociedade como principal configuradora das transformações da paisagem e dos lugares de vida.

Diante disso, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa e de caráter exploratório, com o objetivo de compreender as narrativas históricas que constituem a formação e a origem do município de Santana do Araguaia-PA. Para tanto, foram empregadas as técnicas de pesquisa bibliográfica, análise documental e história oral.

Inicialmente, realizou-se um levantamento bibliográfico sobre o processo de ocupação do sul do Pará, utilizando especialmente obras de Vaz (2013) e Scantimburgo (2016) que discutem criticamente e relatam (respectivamente) a história da região, bem como a obra de Henrique Vita (2004), único livro publicado até o momento que trata especificamente da fundação de Santana do Araguaia-PA. Essa obra foi analisada de forma detalhada, com o

<https://doi.org/10.20873/uft.am.2594-7494.abril2026-3>



propósito de resumir e compreender a narrativa histórica apresentada por seu autor e, posteriormente, contrastar essa versão com outras narrativas locais.

Para tanto, foram realizados levantamentos *in loco* e entrevistas semiestruturadas com moradores antigos do município, com o objetivo de captar memórias, relatos e percepções sobre a origem e o desenvolvimento da cidade. As entrevistas foram tratadas como fontes primárias, essenciais para a aplicação da metodologia da história oral, voltada ao registro e à valorização das experiências individuais e coletivas de sujeitos historicamente invisibilizados. A partir desses encontros, foi possível fazer uma reconstrução simbólica, afetiva e espacial da memória urbana local.

A análise dos dados seguiu um método comparativo e interpretativo, articulando as narrativas orais e escritas a partir de uma leitura crítica. Essa triangulação metodológica permitiu identificar as tensões entre as versões oficiais e as memórias locais, contribuindo para evidenciar a pluralidade de vozes que compõem o processo histórico e urbano de Santana do Araguaia-PA. Assim, o presente trabalho, estabelece um entendimento sobre a produção da cidade a partir dos seus processos históricos, ajudando a compreender o território urbano, bem como capturar e resguardar esses processos sob o olhar e percepção das narrativas que são ocultadas ao longo da história.

Outro aspecto fundamental desta análise reside na problematização das narrativas históricas legitimadas sobre a cidade. Não se trata, aqui, de estabelecer uma oposição simplista entre conhecimento científico e conhecimento tradicional, pois nenhuma das versões examinadas foi, propriamente, submetida ao rigor metodológico da ciência. Trata-se, antes, de tensionar os regimes de legitimidade que conferem autoridade a determinadas narrativas em detrimento de outras. De um lado, situa-se a narrativa consagrada pela escrita, registrada em livro e produzida por sujeito que interpreta o contexto histórico a partir de lugares sociais marcados por privilégios raciais, econômicos e pelo acesso aos meios institucionalizados de produção do conhecimento. De outro, encontram-se as narrativas orais dos moradores, historicamente deslegitimadas por esses mesmos dispositivos de poder, mas ancoradas na experiência vivida, na memória coletiva e na observação cotidiana do território.

Nesse sentido, a perspectiva decolonial contribui para evidenciar que a produção da história urbana é atravessada por relações de poder que silenciam determinadas vozes em favor de outras. Ouvir e incorporar as narrativas do cotidiano real das populações locais não significa substituir uma versão por outra, mas confrontar a hegemonia de uma história única,

<https://doi.org/10.20873/uft.am.2594-7494.abril2026-3>



ampliando a compreensão da cidade a partir de múltiplos pontos de vista e experiências.

Com base no exposto, pode-se pontuar que a discussão apresentada neste artigo está pautada em questões relacionadas a história oral, arquitetura, colonização e construção dos núcleos urbanos do “Brasil profundo”³, que subsidiam as discussões voltadas para o desenvolvimento da fundação do município de Santana do Araguaia-PA. Dessa forma, a pesquisa propõe-se a investigar a seguinte questão: como as narrativas orais e documentais contribuem para compreender a formação histórica e urbana de Santana do Araguaia-PA, revelando dimensões ocultadas pela história oficial?

DECOLONIZAÇÃO DA HISTÓRIA URBANA A PARTIR DA HISTÓRIA ORAL: OS MORADORES

As palavras estão em constante movimentação ao longo da história, e não apenas, são ferramentas para descrever algo, mas são meios de se constituir as formas e experiências do mundo, e de agir sobre ele (Topalov, 2014). Para Rufino (2019), as palavras têm poder, não se limitando apenas a vincular os sentidos, mas sobretudo, materializam os acontecimentos, as narrativas dadas, onde o autor enfatiza ser oriunda do esquecimento de outras tantas narrativas, que são paridas a partir da empreitada colonial, do projeto de dominação exercido pelo ocidente europeu.

As palavras são um dado social, uma herança que preexiste aos que as utilizam, resultam também das iniciativas de atores históricos, são instrumentos que permitem o conhecimento e a ação. As palavras são meios para nos comunicarmos, mas são armas também” (Topalov, 2014, p.23).

A hegemonia ocidental dos cânones modernos reduz a complexidade do mundo, que opera no sentido de omitir ou preterir outros saberes, os transformando em modos subalternos (Rufino, 2019). Dentro do campo do urbanismo/planejamento urbano, Roy (2017) enfatiza que o urbanismo subalterno é por vezes negligenciado e ocultado diante da história do urbanismo dominante. “O urbanismo subalterno é então um paradigma importante, pois busca conferir reconhecimento a espaços de pobreza e formas de agência popular que muitas vezes

⁴ Para Ortiz (1947), o termo “Brasil profundo” refere-se às dimensões mais enraizadas, periféricas e tradicionais do país, que desempenham um papel fundamental na constituição da identidade brasileira. Essas dimensões estão relacionadas a práticas culturais, dinâmicas sociais e experiências históricas que, embora profundamente marcantes, muitas vezes permanecem negligenciadas ou invisibilizadas pelos discursos hegemônicos. Ortiz (1947) também destaca que essas características do “Brasil profundo” entram em tensão com os processos de modernização e urbanização acelerada, que tendem a reforçar desigualdades e a marginalizar direitos e demandas de grupos sociais que não se enquadram nas narrativas predominantes de progresso e desenvolvimento.

<https://doi.org/10.20873/uft.am.2594-7494.abril2026-3>



permanecem invisíveis e negligenciados nos arquivos e anais da teoria urbana” (Roy, 2017, p.7).

Essa ideia da subalternidade no território urbano nos leva ao conceito de “espaços cinzentos” apresentados por Yiftachel (2009), a qual designa como “colonialismo urbano”, considerando os espaços que estão à margem da teoria urbana, à “sombra urbana”. Os espaços cinzentos são os espaços da ‘negritude’ do despejo/destruição/morte, que se caracterizam pelo oposto dos espaços da ‘brancura’, da legalidade/aprovação/segurança (Yiftachel, 2009). E essa ideia traz à memória os espaços opacos e espaços luminosos do geógrafo brasileiro Milton Santos (1999), onde considera serem os espaços de ausência e presença dos meios técnicos da modernidade, respectivamente. Ao identificar esses espaços, observa-se que os territórios de pobreza, que são usualmente vinculados a situações de violência, desigualdade social e de exclusão são frequentemente relacionados e caracterizados pelos espaços opacos.

Para além do chamamento as novas geografias da teoria, que fala Roy (2017), dando enfoque às favelas do Brasil, é preciso enfatizar que mesmo dentro das periferias regionais, como é o caso do Norte e do Nordeste localizado no território brasileiro, existem outras tantas periferias que são marginalizadas e constatadas na própria produção intelectual/formal de conhecimento. Queremos, assim, trazer a ideia de que dentro do Norte do país, seja nos extremos do Amazonas, nos rincões dos Estados do Mato Grosso, Roraima etc., considerados como “periferia”, existem as periferias das periferias, como é o caso do Sul do Pará, aqui trabalhado, e teve seu processo de ocupação tardio se comparado com o restante do Brasil e até mesmo dentro do próprio estado.

Nesse sentido, o Norte do Brasil, frequentemente tratado como periferia em relação ao eixo hegemônico Sul-Sudeste, abriga dentro de si um “Sul do Sul”, isto é, camadas ainda mais profundas de marginalização epistemológica, econômica e política. O sul do estado do Pará constitui um exemplo emblemático dessa condição: uma periferia dentro da periferia, marcada pela exploração intensa de seu território, pela ausência de políticas públicas estruturantes e pela escassez de pesquisas acadêmicas que levem em conta as vozes locais.

Investigar essa região e mobilizar a história oral de seus moradores configura, portanto, uma intervenção decolonizadora frente a um sistema que legitima a invisibilidade e o silenciamento dessas experiências. Essa investigação é gerada a partir das ações e experiências praticadas pelos diversos atores que circundam o território, tanto no passado,

<https://doi.org/10.20873/uft.am.2594-7494.abril2026-3>



quanto presente e futuro. Para Rufino (2019), somos afetados pelos fenômenos das experiências, que são as fontes para produção das memórias e conhecimentos, que costumam uma infinita rede de significações e aprendizagens. Essas muitas memórias, por estarem sempre invisibilizadas, só são notadas por meio da história oral.

A história oral é definida por Thompson (2005, p.14) como “a interpretação da história, das sociedades e das culturas em processo de transformação, por intermédio da escuta às pessoas e do registro das histórias de suas vidas”. De acordo com Delgado (2003), a história oral é uma metodologia voltada à produção de narrativas como fontes de conhecimento, sobretudo como fontes de saber. Saber contar um fato real ou imaginário⁴, de modo a despertar no ouvinte o desejo de significar experiências vividas que não retornam mais.

As narrativas produzidas pela história oral integram o conjunto das narrativas históricas, pois se referem a um tempo pesquisável, com referências cronológicas identificáveis e centradas no passado recente. Em sua tessitura, narrativas, sujeitos, memórias e identidades se entrecruzam, revelando tempos heterogêneos e memórias em constante construção (Delgado, 2003). No entanto, grande parte desses saberes e trajetórias permanecem negados ou marginalizados em nossa sociedade. Pereira e Worcman (2005) lembram que, se permitíssemos que essa multiplicidade de histórias circulasse de maneira mais horizontal e não centralizada, seria possível recuperar aspectos fundamentais do cotidiano, à semelhança do papel dos *griots*, antigos guardiões e contadores de histórias das sociedades africanas.

Nesse sentido, a produção de narrativas não é apenas um exercício de memória, mas também um ato político. Para muitos intelectuais negros e racializados, a escrita e a narração constituem formas de reconstrução de si e de enfrentamento dos efeitos da violência ontológica produzida pelo colonialismo, pelo racismo e por outras formas de subjugação. A emergência dessas vozes cria novos discursos e modos de pensar, capazes de tensionar a narrativa dominante e abrir espaço para epistemologias plurais (Torres, 2019).

Reconhecer que a história de uma sociedade contém múltiplas vozes implica admitir que histórias de vida de diferentes grupos sociais devem compor, sem hierarquias, a teia que

⁴ Para La Plantine e Trindade (1996), um “fato imaginário” é uma construção mental ou narrativa que não corresponde à realidade física ou histórica, mas que é percebida como real dentro de um contexto específico, como a literatura, o cinema, o folclore ou o imaginário social. Ao contrário da mentira, o fato imaginário é reconhecido como ficção (como um monstro em um conto ou uma tecnologia em ficção científica), mas tem a capacidade de produzir sentidos, sentimentos e até influenciar o comportamento humano.

<https://doi.org/10.20873/uft.am.2594-7494.abril2026-3>



sustenta nossa memória coletiva. À medida que o número de vozes é ampliado e mais pessoas são ouvidas, novos testemunhos, antes ausentes dos registros oficiais, passam a integrar esse grande arquivo social, produzindo maior diversidade e representatividade histórica. Como afirmam Pereira e Worcman (2005, p. 24), “a pessoa, a comunidade, o grupo que conta sua história reafirma sua capacidade de decidir e participar”, tornando-se guardiões e difusores de sua própria memória.

Assim, pesquisas e trabalhos voltados para a história e levantamento das narrativas do Brasil profundo se tornam urgentes diante da fundamental importância de se contar e preservar as histórias e transformações socioespaciais de seus habitantes. Trata-se da identificação das origens socioespaciais inscritas na cidade, bem como nos registros orais e físicos que devem ser coletados, como uma potencialidade de preservação do patrimônio e legado dos respectivos municípios, que aqui se dá como recorte o município de Santana do Araguaia-PA.

A decolonização da história urbana de Santana do Araguaia-PA exige romper com a dependência exclusiva de uma narrativa hegemônica que é representada, neste caso, pela obra de Henrique Vita. É necessário ampliar o escopo de registros que fundamentam a compreensão da formação da cidade. Portanto, a pesquisa aponta para a importância da construção de um processo contínuo de valorização e registro sistemático das memórias dos antigos moradores como estratégia para aproximar a história do município de suas múltiplas realidades vividas.

Ao incorporar a história oral como instrumento metodológico central, busca-se revelar dimensões cotidianas, sociais e simbólicas que permanecem ausentes na narrativa única do pioneiro-empresendedor, permitindo a emergência de outras vozes e experiências historicamente invisibilizadas. Trata-se, assim, de um esforço deliberado de decolonizar a produção histórica local, substituindo uma visão restrita e unilateral por um conjunto mais plural, complexo e representativo de histórias sobre a cidade e seus habitantes. Registrar essas vozes é, portanto, uma forma de resguardar múltiplas narrativas e experiências historicamente não legitimadas, expressões de “outras gramáticas dos saberes” que, por longos períodos, foram classificadas como “identidades subalternas” (Rufino, 2019).

<https://doi.org/10.20873/uft.am.2594-7494.abril2026-3>



HISTÓRIA DAS CIDADES DO SUL DO PARÁ: O CASO DE SANTANA DO ARAGUAIA-PA

A formação histórica e territorial de Santana do Araguaia-PA deve ser compreendida no contexto das dinâmicas socioterritoriais que caracterizam o sul e o sudeste do Pará, regiões marcadas pela expansão da fronteira agrícola, pela apropriação desigual da terra e pela reconfiguração das relações sociais e espaciais ao longo do século XX. Diferentemente da ocupação do vale amazônico, conduzida pela Coroa portuguesa e por potências europeias voltadas à exploração das “drogas do sertão”, o sul do Pará foi colonizado majoritariamente por migrantes brasileiros oriundos do Sul, Sudeste e Nordeste do próprio país. Essa diversidade de origens moldou diferentes processos de ocupação territorial em municípios como Conceição do Araguaia, Redenção, Cumaru do Norte, Santa Maria das Barreiras e o próprio Santana do Araguaia, recorte espacial deste estudo.

A partir da segunda metade do século XX, a região passou a integrar um projeto de integração geopolítica da Amazônia. Como destaca Becker (2001), esse movimento impulsionou a fronteira agrícola, reorganizou fluxos populacionais e deu origem a novos núcleos urbanos associados à abertura de estradas, à especulação fundiária e à consolidação da pecuária extensiva. Santana do Araguaia insere-se nesse processo, sendo fortemente influenciada pela migração, pela reestruturação fundiária e pela transformação de antigas áreas de posse em grandes propriedades.

Para Vaz (2013), as bases da ocupação regional remontam ao final do século XIX com a chegada da frente pastoril nordestina, que se estabeleceu às margens do rio Araguaia e de seus afluentes, utilizando trilhas indígenas para avançar pelo território. Além dessa frente sertaneja, a região também recebeu grupos indígenas, sobretudo os Caiapó, e frades dominicanos, cuja atuação gerou registros importantes sobre os conflitos entre comunidades locais, fazendeiros e frentes missionárias, bem como sobre práticas de trabalho escravo e degradante que marcaram a região até a década de 1970.

As narrativas deixadas pelos missionários revelam não apenas os desafios religiosos, mas também as tensões sociais e econômicas vividas no “Brasil profundo”, contribuindo para compreender o imaginário que ainda hoje define a região amazônica. O contato desses diversos atores no território revela conflitos com os indígenas e os grandes latifundiários, que já ocupavam as terras desde o final do século XVII, bem como relatos acerca de trabalho escravo e trabalho degradante nas fazendas do sul do Pará, na década de 1970 (Vaz, 2013).

<https://doi.org/10.20873/uft.am.2594-7494.abril2026-3>



Por isso, recuperar essas vozes é essencial para reconstruir os traços culturais e sociais das distintas formas de ocupação que estruturaram o território.

Segundo Vaz (2013), a partir do final da década de 1950, chega ao sul do Pará uma nova frente ocupacional composta por empresários e profissionais liberais, sobretudo de Goiás, Minas Gerais e São Paulo, atraídos pela possibilidade de investimentos, abertura de fazendas e especulação imobiliária. Essa vertente se intensifica com os incentivos estatais para ocupação e defesa das fronteiras amazônicas. Em sintonia com esse cenário, Corrêa (1987) observa que os anos 1960 e 1970 inauguram um novo momento da rede urbana amazônica, impulsionado pela construção de rodovias como a Transamazônica e a Belém–Brasília, pela expansão da fronteira agropecuária e pela implantação de polos extrativistas e minerais. Esse processo reorganiza profundamente a rede urbana, induzindo a emergência de cidades médias e pequenas ligadas a eixos rodoviários, configurando uma urbanização dispersa, fragmentada e profundamente vinculada ao avanço do capital.

Essas transformações foram reforçadas por programas federais como o Programa de Integração Nacional (PIN), o 1º Plano Quinquenal da SUDAM (1967–1971) e a SPVEA (1953), que financiaram grandes obras de infraestruturas (estradas e rodovias), incentivaram assentamentos rurais, ofereceram crédito e atraíram investimento privado (Vaz, 2013). Integram esse processo diversos grupos sociais, como fazendeiros, trabalhadores rurais, agricultores, madeireiros e garimpeiros todos responsáveis por marcas físicas e narrativas ainda presentes no município.

A trajetória recente de Santana do Araguaia-PA reflete esse conjunto de processos. Localizado na divisa com Tocantins e Mato Grosso, o município foi um dos últimos a se constituir oficialmente no sul do Pará, sendo emancipado apenas em 1984. A obra de Scantimburgo (2016) indica que sua formação expressa um intenso movimento migratório e múltiplas frentes de ocupação, já que, apesar de paraense, a cidade não foi fundada por paraenses.

Os relatos iniciais mencionam a presença dos Caiapó⁵ e a compra de terras pelos frades dominicanos, abrangendo as áreas dos atuais municípios de Santana do Araguaia e

⁵ O frei francês Gil de Vilanova mais o geógrafo francês Henry Condreaux encontraram os Caiapós (escrita conforme indicada na obra consultada) às margens do Rio Araguaia e fundaram a cidade de Conceição do Araguaia, em homenagem a Nossa Senhora da Conceição (que daí por diante se tornou a padroeira da cidade), e ao rio que banha as terras (Scantimburgo, 2016).

<https://doi.org/10.20873/uft.am.2594-7494.abril2026-3>



Santa Maria das Barreiras. Essa última, inicialmente chamada Santana do Araguaia, perdeu o título de cidade em 1984 e o recuperou em 1988, após intensos rearranjos político-administrativos (Scantimburgo, 2016).

A cidade atual surge a partir do deslocamento forçado da antiga sede, hoje Santa Maria das Barreiras, após a enchente de 1980. Diante da recorrência das cheias, a administração municipal optou por transferir a sede para Campo Alegre, então uma fazenda vinculada a um grande empreendimento agropecuário financiado pela SUDAM. Na década de 1960, essa fazenda contava com aproximadamente 130 mil hectares, pastagens artificiais, cerca de dez mil cabeças de gado e intensa circulação de trabalhadores vindos do Maranhão, Tocantins e do Sul do país (Vaz, 2013; Scantimburgo, 2016).

O processo de urbanização acelera-se em 1975, quando o INCRA aprova o projeto que deu origem à Campo Alegre Colonizadora Ltda., responsável pela destinação de 100 mil hectares para construção do núcleo urbano que se tornaria Santana do Araguaia (Vita, 2004). O empreendimento atraiu o interesse da Volkswagen, que planejava instalar um frigorífico vinculado à industrialização da carne, em parceria com a colonizadora, dando origem ao Frigorífico Atlas e à vila operária, com apoio da SUDAM por meio da companhia Cetenco Engenharia S.A. (Cia. Industrial e Agropastoril Vale do Rio Campo Alegre) (Vaz, 2013).

Assim, a história de Santana do Araguaia revela uma combinação singular de frentes pastoril, missionária, empresarial, agropecuária e climática, articuladas às políticas de integração nacional e às dinâmicas da urbanização amazônica. Esses processos se cruzam na constituição de uma cidade marcada por migrações, conflitos fundiários, grandes empreendimentos rurais e pela persistência das memórias locais, fundamentais para a compreensão de sua formação urbana e social.

<https://doi.org/10.20873/uft.am.2594-7494.abril2026-3>

Figura 1 – Foto do núcleo urbano do projeto da colonizadora Campo Alegre.



Fonte: Informativo do Frigorífico Atlas S.A., n. 1, out. 1982, disponível em Vaz (2013).

Henrique Vita e o município de Santana do Araguaia-PA

Conforme apresentado na metodologia, foi analisada a obra *Campo Alegre, Santana e Eu*, publicada em 2004 por Henrique Vita, que se configura como a única fonte escrita disponível sobre a história de Santana do Araguaia-PA. Por essa razão, sua narrativa assume papel central na reconstrução histórica do município, embora represente apenas a perspectiva do autor e, portanto, ofereça uma visão parcial e limitada do processo de ocupação e formação da cidade.

O livro relata as origens de Santana do Araguaia a partir das vivências pessoais de Vita, cuja trajetória está diretamente vinculada aos grandes empreendimentos incentivados pela SUDAM, anteriormente mencionados. Além de diretor executivo da Cetenco Engenharia S/A, que foi uma construtora paulista habilitada a captar incentivos fiscais do imposto de renda, Vita foi também o fundador e primeiro prefeito da cidade após a emancipação, em 1984. Seu duplo papel como agente empresarial e figura política molda a interpretação dos acontecimentos, marcada por uma visão de progresso associada ao projeto agropecuário da Fazenda Campo Alegre. A empresa, conforme relata o autor, adquiriu cerca de 130 mil hectares no Vale do Rio Campo Alegre para implantação desse empreendimento (Vita, 2004).

Segundo sua narrativa, entre os anos de 1966 e 1967, o núcleo urbano possuía apenas cerca de 500 habitantes e uma infraestrutura extremamente precária. Vita menciona ainda a

<https://doi.org/10.20873/uft.am.2594-7494.abril2026-3>



presença de uma comunidade indígena Carajá⁶ na região. A cidade mais próxima com maior relevância administrativa era Conceição do Araguaia, onde se localizava a sede da comarca e que, segundo o autor, constituía o principal acesso rodoviário da época (Vita, 2004).

A cidade tinha uma infraestrutura muito pequena. Com uma população de mais ou menos 500 habitantes, a sede municipal tinha duas ruas: a da “praia” e a do “meio”. A energia era de pequeno grupo gerador a diesel, racionada. Tinha uma escola, um postinho de saúde e matadouro. A Prefeitura funcionava anexo à casa da Prefeita e a Câmara na casa do cunhado. Além, existia a igreja católica, uma vila de índios Carajás e um Cartório de Registro Civil (Vita, 2004, p. 18).

O livro também descreve a pequena vila de Barreira dos Campos, situada na foz do rio Campo Alegre com o rio Araguaia, composta por poucos barracos de palha e um campo de pouso. Um desses barracos abrigava a CODESPAR (Cia. de Desenvolvimento do Sul do Pará), vinculada a um projeto inicial da SUDAM que promovia a derrubada da floresta para implantação de pastagens. De acordo com Vita (2004), diversos outros empreendimentos apoiados pela SUDAM, que em grande parte eram de empresas paulistas que atuavam na região, contribuíram para a abertura de estradas e formação das primeiras áreas voltadas à pecuária extensiva.

Existia outro projeto Sudam implantando, mais antigo, talvez o primeiro desse vale, chamava-se Fazenda Sta. Fé. Ele pertencia ao Grupo do Banco Comércio e Indústria de São Paulo. Já tinha pastagens formadas, com sede e uma casa na beira do Rio Araguaia. (Vita, 2004, p. 19).

Entre 1967 e 1975 a fazenda Campo Alegre abrigava algumas instalações e percebe-se que havia marcadores na arquitetura das construções que diferenciavam a hierarquia entre os funcionários. Com a inauguração de uma nova sede, as habitações construídas se diferenciavam de acordo com o cargo que cada trabalhador ocupava:

(...) com casas de alvenaria para encarregados (Av. Eduardo Celestino Rodrigues), casas de madeira para empregados e vaqueiros (Av. Bráulio Machado), refeitório (Yacht), rede e caixa com água encanada própria para todas as edificações, usina de energia gerada por locomove, casa da diretoria (Clube Atlas) e escritório (quartel). O curral e as instalações pecuárias eram onde hoje está o Hospital São Francisco. (Vita, 2004, p.34).

⁶ Atualmente ainda existe na Vila de Barreira do Campo, antiga Santana do Araguaia, a comunidade indígena Prinakô do povo Mebêngôkrê, que se caracteriza pela etnia do povo Kayapó. Não sabemos se o autor se refere a essa comunidade e cometeu erro de nomeação da etnia.

<https://doi.org/10.20873/uft.am.2594-7494.abril2026-3>

Figura 2 – Abertura da estrada “Barreira do Campo”, Fazenda Campo Alegre, atual PA-411 (out. 1968).

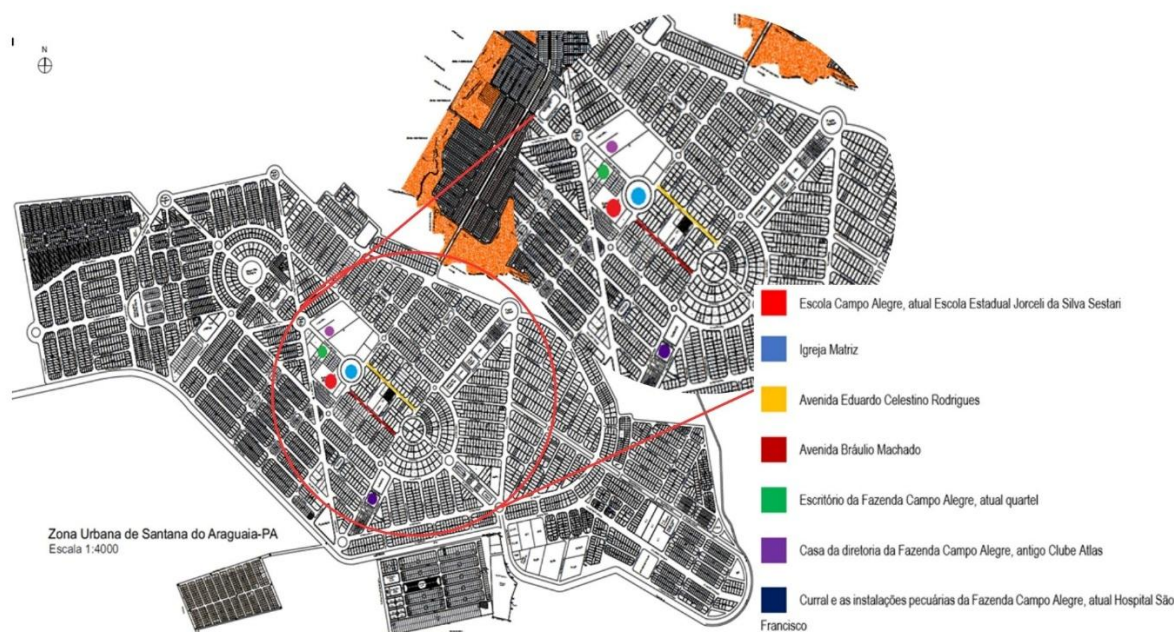


Fonte: Vita, 2004.

Nesse mesmo período foi construído o Hospital Campo Alegre, com 60 leitos, para atender principalmente os casos de malária que incidiam em 90% da população. Também foi erguida a Escola Campo Alegre, atual Escola Estadual Jorceli da Silva Sestari e o aeroporto Dr. Eduardo Celestino Rodrigues. A atual Avenida Raul Prates da Fonseca ligava o campo de pouso à sede velha. A Fazenda Campo Alegre tinha ao final de 10 anos (entre 1966 e a 1976) 16.000 ha de pastagens artificiais e aproximadamente 10.000 cabeças de gado, onde a atividade de lazer era o futebol, realizada em um campo de terra. Na primeira missa rezada na inauguração da Igreja Matriz, o padre previu a transformação da fazenda em uma grande cidade. É dessa época também a chegada da luz elétrica em Barreira dos Campos, com a instalação do primeiro gerador (Vita, 2004). Assim, a Fazenda Campo Alegre ficou sendo o cartão de visita do município de Santana do Araguaia, recebendo empresários do sul do país e do exterior.

<https://doi.org/10.20873/uft.am.2594-7494.abril2026-3>

Figura 4 – Mapa atual do município de Santana do Araguaia-PA com as antigas localizações das construções da Fazenda Campo Alegre.



Fonte: Mapa da Zona Urbana do município de Santana do Araguaia-PA em AutoCad, cedido pela prefeitura do município e adaptado pelos autores, 2022.

Conforme detalhado por Vita (2004), os principais motivos que teriam levado à decisão de colonizar a área de Campo Alegre incluíam a ausência de atuação do governo estadual e municipal, as enchentes recorrentes do rio Araguaia que afetavam tanto a antiga sede de Santana do Araguaia quanto a vila de Barreira dos Campos, além da dificuldade de fixar mão de obra especializada, em razão da precariedade dos serviços de saúde, educação e comunicação. Entre 1975 e 1979, após a aprovação do projeto pela SUDAM, a sede da fazenda foi oficialmente convertida no Núcleo Urbano Campo Alegre, e o território passou a ser dividido em pequenas propriedades rurais de 300 hectares, distribuídas entre as glebas Campo Alegre, Caju, Cristalino, Cedro e Carajás.

Segundo o autor, a implantação do Loteamento Rural e Urbano foi formalizada por meio do registro da escritura de compra e venda no cartório de imóveis de Conceição do Araguaia. Paralelamente, foram executados serviços de topografia, definidas áreas públicas (ruas, avenidas, praças, cemitérios) e localizado o novo aeroporto. Nesse período, Campo Alegre cresceu rapidamente, superando a antiga sede municipal tanto em tamanho quanto em

<https://doi.org/10.20873/uft.am.2594-7494.abril2026-3>



infraestrutura, chegando inclusive a dispor de equipamentos de lazer como o cinema Xita, um estádio de futebol gramado e diversos espaços de festas. As regras de aquisição de lotes permitiam que cada família comprasse até dez terrenos; proprietários rurais tinham direito automático a um lote urbano, e indústrias, devido às suas demandas operacionais, podiam adquirir quantidades maiores de terras urbanas (Vita, 2004).

Entre 1979 e 1982, ocorreu a aprovação do projeto de instalação do Atlas Frigorífico S.A., no Núcleo Urbano Campo Alegre, empreendimento que, segundo Vita (2004), seria a maior indústria de carne bovina da América do Sul. Trata-se do projeto que mais recebeu recursos da SUDAM entre 1978 e 1982, promovendo emprego, valorização fundiária, expansão de serviços públicos e abertura de novos comércios e agências bancárias. O frigorífico consolidou Campo Alegre como polo urbano regional, influenciando também o crescimento das comunidades próximas de Barreira dos Campos, Nova Barreira e Vila Mandi.

A SUDAM determinava que a administração dos projetos instalados na Amazônia Legal deveria acontecer na sede do empreendimento, o que exigiu a construção de treze casas destinadas aos funcionários das empresas envolvidas. Esse conjunto habitacional deu origem ao atual bairro Treze Casas em Santana do Araguaia. Além dessas unidades, foram construídas moradias para diretores e encarregados, um hotel, um posto telefônico e pontes sobre o rio Campo Alegre, estabelecendo conexões importantes com o Mato Grosso, Vila Mandi e grandes fazendas da região. Também foram realizados aterros em Barreira dos Campos e Caseara, a fim de mitigar as enchentes frequentes. Contudo, o frigorífico não chegou a concluir sua segunda etapa de implantação, levando à descontinuidade do projeto de colonização pela Campo Alegre Colonizadora e, posteriormente, à extinção da empresa (Vita, 2004).

Entre 1983 e 1988, diversas medidas administrativas foram tomadas, como o retorno de Santa Maria das Barreiras à condição de distrito e a elevação de Campo Alegre à categoria de sede municipal, substituindo a antiga sede e passando a denominar-se cidade de Santana do Araguaia. Em 1984, o novo município foi oficialmente emancipado e, em 1988, ocorreu a emancipação de Santa Maria das Barreiras (Vita, 2004).

Em síntese, a narrativa construída por Henrique Vita apresenta-se como um diário de campo estruturado em torno de ações empresariais, decisões técnicas e projetos financiados pela SUDAM. O autor se coloca como personagem central desse processo, descrevendo sua trajetória como uma “vida repleta de aventuras e emoções”, e recorrendo inclusive a reportagens jornalísticas da época que exaltavam os empresários paulistas como

<https://doi.org/10.20873/uft.am.2594-7494.abril2026-3>



“bandeirantes do século XX”, reforçando seu próprio papel como desbravador. No entanto, essa narrativa traduz apenas uma face da formação histórica de Santana do Araguaia, concentrada na perspectiva de um agente privilegiado dos empreendimentos agropecuários e urbanos. Ela não incorpora as vozes das camadas populares, dos trabalhadores, das mulheres e dos migrantes que, como mostram os relatos orais, foram fundamentais na construção cotidiana do território e da cidade.

É justamente nesse ponto que as histórias dos moradores revelam outras experiências, ausências e desigualdades apagadas pela narrativa oficial compondo, assim, uma visão mais complexa, plural e socialmente situada da formação de Santana do Araguaia-PA.

A história oral dos moradores de Santana do Araguaia-PA

A compreensão da formação histórica de Santana do Araguaia-PA exige romper com as narrativas incompletas que, embora não sejam necessariamente falsas, tornam-se reducionistas ao se apresentarem como a única versão possível dos acontecimentos. Para envolver-se verdadeiramente com lugares e pessoas Achebe (2000) afirma que é preciso mobilizar todas as histórias, sobretudo aquelas silenciadas ou marginalizadas. Nesse sentido, a autora propõe o conceito de “equilíbrio de histórias”, defendendo que, diante de uma narrativa que não representa determinados sujeitos, torna-se imprescindível produzir outras que a contradigam, complementem ou disputem seu lugar (Achebe, 2000). O poder de narrar, portanto, é central para construir interpretações mais amplas, plurais e socialmente representativas do mundo.

É com base nessa perspectiva que foram realizadas entrevistas semiestruturadas com roteiro previamente elaborado, registradas em formato audiovisual, visando à obtenção de dados qualitativos junto aos interlocutores. O perfil dos entrevistados consiste em moradores antigos da cidade, todos aposentados, que vivenciaram o período inicial de ocupação da região onde hoje está localizado o município de Santana do Araguaia.

Desta feita, foram analisadas entrevistas realizadas entre agosto e novembro de 2023 com três antigos moradores do município de Santana do Araguaia: seu Domingos, dona Francisca e dona Daurita. Seu Domingos, maranhense, branco, morador do bairro Treze Casas, é trabalhador aposentado da construção civil, tendo atuado nas obras de construção do frigorífico e de pontes no distrito de Casa de Tábuas, localizado nos arredores de Santana

<https://doi.org/10.20873/uft.am.2594-7494.abril2026-3>



do Araguaia. Francisca dos Santos Gomes, de cor parda, é professora aposentada e natural de Goiás. Chegou à região em 1975, estabelecendo-se inicialmente na Fazenda Santa Fé, uma das grandes propriedades agropecuárias locais, anteriormente mencionada. Em 1982, mudou-se para a área urbana do município de Santana do Araguaia, fixando residência no bairro Rodoviário, onde vive até os dias atuais. E Daurita Maria da Silva, parda, também chegou de Goiás em 1978 para trabalhar na Fazenda Santa Fé, onde residiu por aproximadamente dez anos. Posteriormente, mudou-se para Santana do Araguaia, tornando-se moradora do bairro Bíblia desde o seu início. Atuou como professora na Fazenda Santa Fé e, após o nascimento dos filhos, relata ter interrompido suas atividades profissionais em razão das dificuldades relacionadas aos cuidados com as crianças, bem como por imposição do marido.

As narrativas desses interlocutores constituem contrapontos fundamentais à versão apresentada por Henrique Vita (2004), cuja obra representa a principal, e praticamente única, fonte escrita sobre a história do município. Enquanto o autor descreve a formação de Santana do Araguaia a partir da ótica dos grandes empreendimentos empresariais, especialmente a Fazenda Campo Alegre e o frigorífico, os relatos orais revelam dimensões materiais, sociais e simbólicas ausentes ou subestimadas na narrativa oficial.

O depoimento de seu Domingos evidencia o protagonismo dos trabalhadores na construção física do território. Ele relata ter chegado à região no início das obras do frigorífico, atuando em atividades pesadas, como “bater estaca”, além de participar da construção de pontes pela região. Ele acrescenta que “naquela época tinha muito mosquito e as pessoas morriam com tanta muriçoca”. Sua fala traz à tona não apenas a dureza do trabalho braçal, mas também a vulnerabilidade sanitária da região, marcada pela alta incidência de doenças transmitidas por insetos.

Vim pra cá, trabalhar nesse frigorífico. Nesse tempo nem era frigorífico ainda. Mas nesse tempo tinha muriçoca, que matava o povo, minha Nossa Senhora! Criatura, quando era seis horas, o mosquito da gente ficava pretinho, como essas camisas de vocês, de tanta muriçoca. Parece que até os bichos estavam morrendo de muriçoca. (...) Aí, eu vim pra cá no início do frigorífico, ainda trabalhei lá um pouquinho, mas só batendo umas estacas lá, mas não trabalhei lá mesmo não. Depois fumo fazer a ponte de Casa de Tabua até Rio Dourado. (Seu Domingos, entrevista concedida às autoras, 2023).

Esse relato dialoga diretamente com o que Vita (2004) registra ao mencionar que o Hospital Campo Alegre foi construído com 60 leitos para atender, sobretudo, aos casos de malária, que atingiam cerca de 90% da população local. No entanto, enquanto Vita aborda o

<https://doi.org/10.20873/uft.am.2594-7494.abril2026-3>



problema em termos administrativos e de gestão sanitária, seu Domingos traduz a experiência vivida pelos moradores: a abundância de mosquitos, o impacto cotidiano das doenças e o medo constante diante de um ambiente insalubre. Assim, a narrativa oral oferece uma camada sensível e concreta da realidade que não aparece com a mesma intensidade na narrativa oficial.

Dona Francisca complementa esse quadro ao narrar que, quando chegou em 1975, “a cidade ainda era fazenda”. Suas memórias destacam a predominância de casas de madeira destinadas aos trabalhadores, contrastando com as poucas residências de alvenaria, reservadas a chefes e gerentes, que demonstra a expressão concreta da segregação socioespacial. Ela também relembra práticas trabalhistas recorrentes, como a demissão de empregados antes de completarem dez anos de serviço, para evitar o aumento salarial obrigatório. A entrevistada menciona ainda elementos do cotidiano, como as dificuldades com energia elétrica, o uso de motores, televisões a bateria, o abastecimento por poços, e a forte presença de festividades religiosas. Rememora, além disso, um sentimento de segurança e liberdade de circulação, que segundo ela se perdeu com o tempo.

Nós mudamos da fazenda da Santa fé em 82. E aqui já era cidade. Eu já comecei a trabalhar na escola também, meu marido no frigorífico. E a cidade, graças a deus foi só evoluindo. (...) Aqui toda vida era um lugar muito frequentado, por conta das fazendas ao redor e as pessoas começaram a mudar para cá e gostaram e terminaram construindo suas casas, comprando lotes e a maioria até hoje estão aqui. (...) Essas casas que eram construídas de madeiras eram destinadas aos funcionários das fazendas. Então assim alguns foram embora. E a fazenda negociava e eu queria continuar a morar aqui, e eu comprava. Muitas pessoas faziam assim. (...) Tinham umas casas muito, muito boas, que era de material de primeira, eram para as chefias, que trabalhavam em escritórios, essas coisas assim, mas o restante era tudo de madeira. (...) Toda data comemorativa a gente festejava e o gerente era muito bom com a gente, a gente pedias as coisas para ele e tudo era comemorado entre as crianças. (...) Naquela época o funcionário não podia completar 10 anos porque a indenização dele seria dobrada, aí com 9 anos e pouquinho ele chamava o funcionário e acertava, para não ter que pagar o dobrado. Mas ele era tão preocupado com os funcionários e na época dele, o gerente era um escocês, o Robert, ele não deixava ninguém sair sem comprar o lote para construir sua própria casa. (Dona Francisca, entrevista concedida às autoras, 2023).

O relato de dona Daurita aprofunda essa memória social, especialmente no período anterior à consolidação do núcleo urbano. Chegada em 1978, ela descreve uma cidade marcada por casas de madeira, inclusive a sua, que mais recentemente foi substituída por

<https://doi.org/10.20873/uft.am.2594-7494.abril2026-3>



alvenaria, e por diversas serrarias que abasteciam moradores e comerciantes. Relata a existência de uma pista de pouso, anterior às vias estruturadas, e enfatiza que “quase tudo era de madeira”, incluindo comércios e bares. Sua narrativa também menciona: a presença de apenas uma igreja, onde hoje está a igreja matriz; as enchentes do rio Araguaia localizadas na Barreira do Campo, que exigiam deslocamentos por voadeira; e as dificuldades de acesso à informação, quando o “cinema público” consistia em uma televisão colocada na praça para que a população assistisse predominantemente futebol.

Assim como outros entrevistados, dona Daurita lembra que Henrique Vita foi um dos primeiros a chegar à região e observa que logradouros e instituições receberam nomes ligados à sua família, como forma de marcar simbolicamente o poder sobre o território, como é o caso da avenida e da escola “Therezinha Abreu Vita” (esposa do Henrique Vita). Ela também chama atenção para mudanças socioculturais perceptíveis no espaço urbano, revelando que no passado, as casas não tinham muros e hoje o cercamento é generalizado, refletindo novas percepções de segurança e privacidade. Tanto ela quanto os demais entrevistados afirmam não desejar retornar aos seus estados de origem (Maranhão e Goiás), o que evidencia vínculos territoriais fortes e um sentimento de pertencimento já consolidado entre os moradores.

Essa rua aqui era só casa de madeira. (...) Tinha muita serralheria. Eu acho que era de madeira, porque a madeira era mais fácil, né. E também não tinha cidade próxima. Tinha Barreira, Barreira era cidade. (...) Era muito difícil, a estrada não tinha plantação de soja, era só a mata fechada. Comércio era muito difícil. Ou era na Barreira ou em Paraíso. (...) Televisão tinha, mas era muito difícil, não pegava. Convidava as fazendas todinhas para assistir futebol, só futebol. (...) Eu era dona de casa né, quase não saía de casa, quem saía mais era eu marido. (...) A escola, a rua se chamam Therezina Abreu Vita, era a esposa dele. (...) Acho que ele era importante né, foram os primeiros a vir para cá, aí colocou o nome dela. (Dona Daurita, entrevista concedida às autoras, 2023).

Tomados em conjunto, esses relatos orais produzidos por trabalhadores, mulheres, migrantes e moradores antigos revelam uma história vivida cotidiana, corporal e material, que tensiona e reequilibra a narrativa oficial centrada no empreendedorismo rural e nos investimentos da SUDAM. Eles ampliam o entendimento do processo de ocupação, evidenciam desigualdades, práticas sociais e transformações que não aparecem na versão escrita, e, sobretudo, permitem reconstruir uma memória plural, mais justa e representativa da formação de Santana do Araguaia-PA.

<https://doi.org/10.20873/uft.am.2594-7494.abril2026-3>



DISCUSSÃO

As narrativas oficiais sobre a origem de Santana do Araguaia-PA refletem uma visão hegemônica fortemente vinculada ao discurso colonial e patriarcal, centrado na figura do homem branco e explorador de terras. Essa perspectiva, presente no único livro publicado sobre a história do município, produzido por um dos seus principais agentes políticos e empresariais, reproduz uma lógica semelhante às narrativas clássicas dos colonizadores europeus sobre o território brasileiro, privilegiando a atuação do empreendedor, do “desbravador” e dos altos cargos administrativos. Tal situação também ocorre em muitos municípios amazônicos, enfatizando figuras políticas e proprietários de terra, que privilegia a institucionalização do território, mas frequentemente silencia: os conflitos fundiários; os deslocamentos de populações tradicionais; a violência no processo de ocupação; o protagonismo de trabalhadores migrantes, mulheres, povos indígenas e comunidades negras. No entanto, esse enquadramento invisibiliza os sujeitos que efetivamente construíram o espaço urbano: trabalhadores migrantes, moradores comuns, mulheres, populações indígenas e grupos marginalizados que também foram pioneiros na constituição da cidade.

Percebe-se que a narrativa de Vita (2004) atua como reforço à visão colonizadora ao se referir à atuação dos sudestinos nessa área, como em determinado trecho em que ele diz:

O desenvolvimento pioneiro que essas pessoas trouxeram para essas regiões, “não tem preço”, e, merecidamente, farão parte da história. Houve muitas publicações nos principais jornais de São Paulo, com grandes reportagens, sempre intituladas como OS BANDEIRANTES DO SÉCULO XX. (Vita, 2004, p. 30).

Nesse sentido, a história oral surge como ferramenta central para romper com esse enquadramento. Ao registrar e analisar relatos de antigos moradores, torna-se possível acessar dimensões históricas, espaciais e sociais que não aparecem nos documentos oficiais, permitindo reconstruir uma história urbana mais plural e enraizada nas experiências vividas. Assim, o cruzamento entre fontes documentais e narrativas orais revela contradições, lacunas e continuidades entre o imaginário hegemônico e a realidade cotidiana, contribuindo para repensar os processos de ocupação e urbanização do sul do Pará e ampliando a compreensão da cidade como construção coletiva e não apenas como produto de decisões institucionais.

A crítica de Adichie (2009) ao “perigo da história única” ilumina esse processo. A autora lembra que histórias são moldadas pela forma como são contadas, por quem as conta

<https://doi.org/10.20873/uft.am.2594-7494.abril2026-3>



e por quantas versões circulam, onde todas essas dimensões dependem de relações de poder. O risco de uma narrativa única é transformar uma versão parcial em verdade absoluta, apagando outras memórias e identidades. Por isso, quanto maior a diversidade de narrativas mobilizadas, mais ampla e profunda será a compreensão do passado de um povo. Em Santana do Araguaia, a centralidade atribuída a uma única voz escrita evidencia esse desequilíbrio e reforça a importância do registro sistemático da história oral.

A inquietação que move este trabalho decorre justamente da ausência de memória física e de registros formais sobre o município. A história local é, em grande medida, transmitida oralmente em conversas cotidianas, nos bares, nas praças e nas relações de vizinhança, que permanece dispersa e informal. A falta de documentação estruturada torna urgente o levantamento, o registro e a análise dessas narrativas, sobretudo porque muitos dos moradores antigos, portadores dessas memórias, podem não estar mais presentes futuramente em razão do avançar da idade. Outro aspecto relevante da “escuta escrita” é seu potencial enquanto ferramenta de compreensão do território em toda a sua complexidade e pluralidade.

A articulação entre narrativa documental e história oral não é uma oposição entre verdade e subjetividade, mas entre formas distintas de produzir legitimidade histórica. No caso de Santana do Araguaia, essa articulação revela conflitos estruturais da ocupação amazônica, evidenciando sujeitos historicamente invisibilizados e ampliando a leitura da formação urbana para além do aparato estatal/poder. Tal caminho metodológico contribui para uma abordagem crítica da produção do espaço, onde a arquitetura e o urbanismo devem recorrer não apenas como fonte complementar, mas como ferramenta metodológica estratégica para compreender a complexidade dos núcleos urbanos do interior brasileiro.

Além disso, o resgate de histórias orais permite reconhecer saberes indígenas, práticas cotidianas, estratégias de sobrevivência e formas populares de ocupação territorial que foram essenciais para o desenvolvimento da região, mas que permanecem marginalizadas. O caso de Santana do Araguaia também revela os impactos das ocupações periféricas típicas do “Brasil profundo”: destruição de grandes áreas naturais, precarização urbana, conflitos pela terra como os confrontos com grileiros citados por Scantimburgo (2016) e períodos de forte instabilidade econômica, como o declínio da pecuária no Araguaia paraense apontado por Moreira Neto (1960).

<https://doi.org/10.20873/uft.am.2594-7494.abril2026-3>



Diante desse cenário, investigar outras narrativas torna-se um gesto político de enfrentamento ao apagamento histórico. A “escuta escrita”, que transforma a oralidade em registro e memória, opera como uma estratégia de decolonização das narrativas e de reconhecimento da subalternidade historicamente silenciada. Nesse sentido, Rufino (2019) argumenta que combater o esquecimento é uma das formas mais potentes de resistir ao desencanto do mundo e de criar novas possibilidades de existência, libertas das amarras coloniais. A história oral, ao dar voz aos sujeitos relegados à margem, contribui para reposicionar a cidade dentro de uma narrativa que reconhece sua diversidade, seus conflitos, suas memórias e suas múltiplas identidades.

Assim, discutir a formação de Santana do Araguaia implica deslocar o foco da narrativa oficial para a pluralidade de histórias que constituem o território. Esse movimento não apenas recupera a memória local, mas também questiona a própria produção do conhecimento urbano, abrindo espaço para epistemologias situadas, críticas e decolonizadoras, fundamentais para compreender um município que é, ao mesmo tempo, periferia do Brasil e periferia dentro da própria periferia amazônica.

CONCLUSÃO

Mediante o exposto ao longo deste trabalho, tornou-se possível compreender que a ocupação de Santana do Araguaia-PA, bem como de grande parte do sul do Pará, está profundamente vinculada aos processos de expansão econômica sobre o território brasileiro, especialmente através da agropecuária, da extração de madeira e, em determinados períodos, da atividade garimpeira. Esses vetores de “desbravamento” atraíram fluxos migratórios diversos e promoveram um rápido crescimento urbano, mas não foram acompanhados pela produção de registros históricos sistematizados capazes de retratar a complexidade do processo de ocupação.

A análise evidenciou que os poucos documentos disponíveis, especialmente a obra de Henrique Vita (2004), considerado pioneiro local, oferece uma narrativa restrita, centrada na lógica empresarial, na figura do homem branco e no discurso desenvolvimentista. Tal narrativa, embora relevante, apresenta limites significativos, uma vez que invisibiliza grande parte da população que efetivamente construiu o território: trabalhadores braçais, mulheres, famílias migrantes, indígenas, moradores de baixa renda e sujeitos que vivenciaram o cotidiano da cidade desde as suas formas mais precárias.

<https://doi.org/10.20873/uft.am.2594-7494.abril2026-3>



Nesse sentido, as entrevistas realizadas com seu Domingos, dona Francisca e dona Daurita constituem a contribuição mais significativa deste estudo, pois permitem acessar dimensões da formação urbana que não aparecem nos registros oficiais. Os relatos trazem à tona: as condições adversas de vida e trabalho, como a presença intensa de mosquitos e casos de malária, experiência que confirma, a partir de uma vivência corporalizada, apontamentos feitos por Vita; a precariedade das moradias, da infraestrutura e dos serviços urbanos, evidenciada em um cotidiano marcado por casas de madeira, energia instável, abastecimento por poço, ruas de terra e deslocamentos longos devido às estradas precárias; hierarquizações socioespaciais, expressas nas diferentes tipologias de moradias e nos privilégios concedidos a chefes e gerentes; transformações espaciais significativas, como o desaparecimento das serrarias, a substituição gradual das casas de madeira por alvenaria, a chegada tardia do asfalto e mudanças nas formas de ocupação, incluindo a construção de muros, cercamentos e a expansão urbana; e um forte sentimento de pertencimento e enraizamento, comum entre os entrevistados, mesmo sendo migrantes, indicando a formação de identidades territoriais que extrapolam e desafiam a narrativa empresarial dominante sobre a cidade.

Assim, o trabalho demonstra a relevância da história oral como ferramenta metodológica capaz de ampliar e pluralizar a compreensão sobre a formação urbana de Santana do Araguaia-PA. Os relatos dos moradores antigos constituem não apenas um complemento às fontes documentais, mas um conhecimento indispensável para superar a lógica da “história única”, que ainda molda a memória oficial do município.

Portanto, torna-se urgente e necessário investir na coleta, preservação e sistematização dessas narrativas diversas, reconhecendo-as como parte legítima da história da cidade. Além de contribuir para a consolidação de um acervo histórico local, tal iniciativa permite refletir criticamente sobre os impactos socioambientais da dinâmica empresarial rural, revelados com os desmatamentos, conflitos fundiários, trabalho escravo, fluxos migratórios intensos e ausência de políticas públicas de fiscalização, que moldaram o território e ainda ecoam no presente.

Em síntese, ao colocar em diálogo a narrativa oficial e a memória vivida dos moradores, este estudo evidencia que a história urbana de Santana do Araguaia-PA só pode ser plenamente compreendida quando incorporamos múltiplas vozes, especialmente aquelas historicamente silenciadas. É nesse cruzamento de experiências e perspectivas que se torna possível construir uma memória mais justa, plural e representativa do município.

<https://doi.org/10.20873/uft.am.2594-7494.abril2026-3>



REFERÊNCIAS

- ACHEBE, Chinua. Africa: balancing stories. **Fidelio**, v.9, n.2-3, Summer-Fall 2000.
- ADICHIE. Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BECKER, Bertha K. A geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2001.
- CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 1-164, jul./set. 1987.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **Revista História Oral**, v.6, p. 9-25, junho 2003. Disponível em: <<https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/62/54>>. Acessado em: out. 2022.
- LA PLANTINE, François; TRINDADE, Liana. **O que é imaginário**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- MOREIRA NETO, C. A. A cultura pastoril do Pau D'Arco. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Antropologia**, Belém, n. 10, mar. 1960.
- ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2001 (1947).
- PEREIRA, Jesus Vazquez; WORCMAN, Karen. **História falada: memória, rede e mudança social**. São Paulo: Museu da Pessoa, SESC SP, 2005.
- PEREIRA, Margareth S. Globalização e história ou atores sociais e culturas urbanas já são levados a sério? In: MACHADO, Denise B. P. (org.). **Sobre Urbanismo**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2006.
- PRONSATO, Sylvia A. D. **Arquitetura e paisagem: projeto participativo e criação coletiva**. São Paulo: Annablume; Fapesp; Fupam, 2005.
- ROY, Ananya. Cidades faveladas: repensando o urbanismo subalterno. **E-metrópolis**. Ano 8, Nº 31. Rio de Janeiro, 2017. p. 6-21.
- RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

<https://doi.org/10.20873/uft.am.2594-7494.abril2026-3>



SCANTIMBURGO, Renata Cristina. **Arte urbana e identidade cultural araguaense: experimentação artística na escola municipal de ensino fundamental Jorceli Silva Sestari.** Trabalho de conclusão de curso apresentado para obtenção do grau de Licenciado em Artes Visuais pela Faculdade de Artes Visuais do Instituto de Ciências da Arte da Universidade Federal do Pará. Almeirim, 2016.

THOMPSON, Paul. Histórias de vida como patrimônio da humanidade. In: **História falada: memória, rede e mudança social.** São Paulo: Museu da Pessoa, SESC SP, 2005.

TOPALOV, Christian. Introdução. Isto não é um dicionário. In: TOPALOV, Christian; BRESCIANI, Stella; COUDROY DE LILLE, Laurent; RIVIÈRE D'ARC, Hélène (Orgs.). **A aventura das palavras da cidade.** Através dos tempos, das línguas e das sociedades. São Paulo, Romano Guerra, 2014.

TORRES, Nelson Maldonado. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: COSTA, Jaaze Bernadino; TORRES, Nelson Maldonado; GROSGOUEL, Ramon. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

VAZ, Vania. **A formação dos latifúndios no sul do Estado do Pará: terra, pecuária e desflorestamento.** Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

VITA, Henrique. **Campo Alegre, Santana e Eu: História da Criação de Santana do Araguaia/PA.** Palmas/TO: Gráfica Araguaia. 2004. 80p.

YIFTACHEL, Oren. Theoretical notes on 'gray cities': the coming of urban apartheid? **Planning Theory** 8.1, 88-100, 2009.

As autoras declaram não haver qualquer potencial conflito de interesses referente a este artigo

Recebido em: 24/01/2025 | Aceito em: 17/04/2026